

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

ME KUNĪ UMARI: EM REDE PELOS DIREITOS LINGUÍSTICOS DOS MEBÊNGÔKRE (KAYAPÓ) EM SÃO FÉLIX DO XINGU – PA

Cledson Mendonça Junior, Ana Paula Quadros Gomes, Betire Kayapo, Dilcilene da Silva
Menezes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6182>

Submetido em: 2023-05-31

Postado em: 2023-06-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ME KUNĪ UMARI: EM REDE PELOS DIREITOS LINGUÍSTICOS DOS MEBÊNGÔKRE (KAYAPÓ) EM SÃO FÉLIX DO XINGU – PA

ME KUNĪ UMARI: NETWORKED FOR THE LINGUISTIC RIGHTS OF MEBÊNGÔKRE (KAYAPÓ) IN SÃO FÉLIX DO XINGU – PA

Relato de experiência

Clédson Mendonça Junior¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) <https://orcid.org/0000-0002-2477-5025>

Ana Paula Quadros Gomes²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) <https://orcid.org/0000-0002-3476-0193>

Betire Kayapó³

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) <https://orcid.org/0000-0002-3488-1411>

Dilcilene da Silva Menezes⁴

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) <https://orcid.org/0000-0003-0508-9035>

RESUMO: O Rio Xingu atravessa diversos territórios indígenas ao longo de seu curso, dentre os quais, estão um dos mais extensos e populosos no Brasil. Ali vive o povo Mebêngôkre (Kayapó), que fala a língua de mesmo nome, da família Jê, tronco Macro-Jê. Suas reservas ocupam áreas que abrangem os estados do Mato Grosso e Pará. Entre elas está a TI Kayapó com mais de 30 escolas na região, mas os Mebêngôkre sofrem as pressões típicas de línguas minorizadas. Em 2019, a língua foi cooficializada em São Félix do Xingu (PA), mas esse fato ainda não modificou a contento a realidade linguística local. Para recolher e encaminhar as demandas dos Mebêngôkre quanto a seus direitos linguísticos, o Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico

¹Doutorando em Linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Bolsista CAPES: São Félix do Xingu: Pará: cludsonjunior@letras.ufrj.br: <https://orcid.org/0000-0002-2477-5025> Conceptualização, Escrita – Rascunho Original e Escrita – Análise e Edição.

²Doutora em linguística. Professora na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEV/FL/UFRJ). Rio de Janeiro-RJ. anaquadrosgomes@letras.ufrj.br: <https://orcid.org/0000-0002-3476-0193> Conceptualização, Escrita – Rascunho Original e Escrita – Análise e Edição.

³Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade do Estado do Pará (UEPA): Professor Indígena na Escola Municipal de Ensino Fundamental Capitão Bepnox: Aldeia Kôkraxmôr: TI Kayapó: São Félix do Xingu: Pará: betirekokraxmor@gmail.com: <https://orcid.org/0000-0002-3488-1411> Conceptualização, Escrita – Rascunho Original e Escrita – Análise e Edição.

⁴Doutoranda em Linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Professora Indígena na Escola Municipal de Ensino Fundamental Capitão Bepnox: Aldeia Kôkraxmôr: TI Kayapó: São Félix do Xingu: Pará: dilcilenemenezes@letras.ufrj.br: <https://orcid.org/0000-0003-0508-9035> Conceptualização, Escrita – Rascunho Original e Escrita – Análise e Edição.

(UFRJ), em parceria com o Departamento de Educação Escolar Indígena do município, criaram a ação “*Me kunĩ umari* — em rede pelos direitos linguísticos”, da qual trata este relato de experiência.

PALAVRAS-CHAVE: Mebêngôkre (Kayapó). direitos linguísticos. extensão universitária. cooficialização linguística. línguas monorizadas.

ABSTRACT: The Xingu River crosses several indigenous territories along its course, among which are one of the most extensive and populous in Brazil. There lives Mebêngôkre (Kayapó) people, who speak the language of the same name, from the Jê family, Macro-Jê trunk. Its reserves occupy areas covering the states of Mato Grosso and Pará. Among them is the Kayapó TI with more than 30 schools in the region, but the Mebêngôkre still suffer the typical pressures of minority languages. In 2019, the language was made co-official in São Félix do Xingu (PA). This fact has not yet changed the local linguistic reality. In order to admit and forward the demands of the Mebêngôkre regarding their linguistic rights, the Extension Project Actions to Combat Linguistic Prejudice (UFRJ), in partnership with the municipality's Department of Indigenous School Education, created the action “*Me kunĩ umari* — in network for the rights language”. That is the experience reported here.

KEYWORDS: Mebêngôkre (Kayapó). linguistic rights. University extension activities. linguistic co-officialization. minorized languages.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS: O município de São Félix do Xingu (PA) recentemente, em 2019, tornou cooficial a língua Mebêngôkre (Kayapó), primeira língua de mais de 2mil pessoas residentes na área, distribuídas por 30 aldeias e atendidas por mais de 30 escolas municipais. O objetivo da cooficialização é proteger os direitos linguísticos dos indígenas. O povo Mebêngôkre (Kayapó) enfrenta desafios diários para manter sua cultura e preservar sua língua, muitas vezes alvos de preconceito. Para fortalecê-lo na sua luta, empoderá-lo e dar protagonismo a ele, o Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico (UFRJ) firmou parceria com o Departamento de Educação Escolar Indígena do município. Surgiu aí a ação “*Me kunĩ umari* — em rede pelos direitos linguísticos”, que recolhe e difunde as demandas dos Mebêngôkre, fazendo-as serem ouvidas pelos canais competentes, a fim de que a cooficialização venha de fato a alterar, a contento, a realidade linguística local.

Epígrafe

“Em São Félix do Xingu, município localizado no sul do Pará, com uma população estimada em 124.000 pessoas (IBGE, 2019) e um rebanho de gado de corte superior a 2,2 milhões de cabeças, há um grupo indígena que resiste ao longo dos séculos, os Kayapó, autodenominados Mebêngôkre. Frente à expansão das fronteiras agropecuárias e da extração ilegal de minérios, eles defendem seu território e lutam pelos seus direitos constantemente.” (MENDONÇA JUNIOR, 2021, p.13)

Introdução

Em 1500, quando Cabral aportou no Brasil, havia entre dois e cinco milhões de indígenas, falantes de pelo menos 600 línguas, talvez de até mil (SANTANA, 2020)⁵. Séculos depois, a população indígena caiu para cerca de 900 mil indivíduos (ISA, 2021), menos que 1% do total de habitantes no país. Povos inteiros foram dizimados, junto com suas línguas. Ainda hoje, a identidade cultural e os direitos linguísticos dos que resistiram estão sob constante ameaça. A preservação das populações indígenas depende da demarcação de seus territórios. As terras demarcadas ou reservadas, 13% do território nacional na atualidade, além de importantes para a sobrevivência dos indígenas, preservam a biodiversidade, dado o modo de vida desses povos. O mapa das regiões do Brasil com maior concentração de indígenas e o mapa das áreas do Brasil com maior preservação florestal se sobrepõem. O Parque Indígena do Xingu (Alto Xingu) é uma das regiões do Brasil com maior diversidade linguística. O Xingu, multicultural e multilíngue, tem habitações desde o século IX.

Entre as línguas do Xingu está o Mebêngôkre (Kayapó), família linguística Jê, tronco Macro-Jê. A língua é falada por crianças, jovens e adultos em todas as comunidades. Um levantamento feito pela Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT, 2021) de São Félix do Xingu (PA), em parceria com a FUNAI e a SESAI, contabilizou 2.120 falantes da língua Mebêngôkre na área municipal, distribuídos por 30 aldeias. Há 31 escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio localizadas nas aldeias, e algumas das questões caras ao povo é a atribuição de aulas a professores indígenas, um calendário escolar que se coadune com os eventos com períodos marcados que fazem parte da cultura Mebêngôkre, mais aulas de língua Mebêngôkre e mais disciplinas dadas na língua, com inclusão de temas próprios à cultura do povo. O centro urbano da sede do município é bastante visitado pelos Mebêngôkre, que interagem com os não-indígenas no comércio, em eventos, nas instâncias administrativas, nas instituições financeiras, em estabelecimentos prestadores de serviço, em espaços públicos etc.

No governo Bolsonaro, houve um desmonte da Funai e um aumento do garimpo, o que tornou mais difícil a vida dos Mebêngôkre, a curto ou médio prazo (por conta, entre outras coisas, da contaminação dos rios, da mata, dos peixes, diminuindo a oferta de alimento). Muitas aldeias perderam o apoio financeiro de ONGs ambientalistas. Nas palavras da liderança Doto Takak Ire,

⁵ Essa oscilação numérica é fruto de falta de fontes históricas oficiais, e de critérios de cálculo diferentes adotados por especialistas.

“a Funai parou de ajudar as pessoas que estão defendendo a floresta” (SCOFIELD, 2022). “Antigamente a Funai fazia assim, ela ia lá na aldeia, conversava com a liderança, ajudava a expulsar os garimpeiros, mas hoje não.” “A extração de ouro e madeira dentro da Terra Indígena é proibida por lei.” “A Funai não vê a lei.” Segundo o observatório da mineração, o garimpo ilegal em terras indígenas aumentou impressionantes 632% de 2010 a 2021 (ANGELO, 2022). Segundo a mesma fonte, a maior expansão registrada em 36 anos ocorreu em 2021, e uma das três terras indígenas mais afetadas foi a Kayapó. Na Terra Indígena Kayapó, os rios Fresco e Branco estão contaminados por mercúrio e desfigurados por balsas e retroescavadeiras do garimpo. Em reportagem da BBC, aponta-se como um dos incentivos para o aumento do garimpo a diminuição nas multas aplicadas pelo Ibama, órgão que não está cumprindo eficazmente seu papel no combate a crimes ambientais em terras indígenas (FELLET, 2019). O Instituto Raoni, a Associação Floresta Protegida e o Instituto Kabu, todos Mebêngôkre/Kayapó, lançaram um manifesto conjunto contra o garimpo e a mineração, repudiando “a forma como o governo federal vem estimulando a invasão de nossos territórios, seja pela retórica que fortalece o crime organizado, seja pela omissão e fragilização dos órgãos responsáveis pela proteção dos territórios indígenas” (ANGELO, 2022). O manifesto Kayapó declara seu repúdio ao garimpo e à mineração na TI: “Como poderíamos ser a favor de uma atividade que gera profundos impactos ambientais e sociais aos nossos territórios e comunidades? Como poderíamos privar nossos filhos e netos de um território preservado para seguirem vivendo segundo nossos usos, costumes e tradições, como garante a Constituição Federal?” (KABU, 2020). Em junho de 2022, lideranças Kayapó apresentaram à Funai um projeto sustentável desenvolvido pela etnia.

São Félix do Xingu (PA) é o sexto mais extenso município do Brasil, com 84 mil quilômetros quadrados, mais de 10 vezes a área da região metropolitana de São Paulo (SP). É também o município com o maior rebanho bovino do Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 2,3 milhões de cabeças de gado, e esse número segue aumentando. São 17 bovinos por habitante, enquanto a média brasileira é de pouco mais de uma cabeça de gado por habitante (GUERREIRO NETO, 2020). Ali a maioria das queimadas começa em pastagens. O fogo é usado na pecuária extensiva para limpar e renovar pastagens, assim como para expandir áreas e abrir novos pastos para o gado. A unidade de Conservação Ambiental brasileira campeã de queimadas, a APA Triunfo do Xingu, fica no município de São Félix do Xingu (PA). Em 2021, o município recebeu outro título negativo, o de maior emissor de gases de efeito

estufa per capita do mundo. Cada morador emitiu 225 toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano, um volume 22 vezes maior do que a média de emissões brutas per capita do Brasil (PINTO, 2021). Nas palavras do jornalista Lúcio Flávio Pinto, “a temporada de caça às terras de São Félix do Xingu está aberta” (Idem).

Assim se configuram as condições de vida hoje na região em que moram os Mebêngôkre / Kayapó, bastante perigosas e hostis, colocando em risco o povo, a cultura e a língua. O município de São Félix do Xingu é guardião de uma rica biodiversidade, de fauna, flora, cultural e linguística, que precisa ser preservada dessas ameaças. Toda iniciativa de preservação é necessária.

1) Mebêngôkre (Kayapó): língua oficial em São Félix do Xingu (PA)

Por meio da Lei n.º 571/2019 (CMSFX/PA, 2019), a língua Mebêngôkre (Kayapó) foi cooficializada em São Félix do Xingu (ROSA, 2020). O município está desde então obrigado a (i) manter atendimento ao público nos órgãos municipais administrativos em português e em Mebêngôkre; (ii) produzir todas as comunicações oficiais, incluindo a sinalização de nomes de rua, também em ambas as línguas; (iii) incentivar o aprendizado Mebêngôkre em escolas públicas da rede municipal; etc. A administração recebeu um prazo de cinco anos para colocar isso em prática, ou seja, teria até 2024 para tornar realidade cotidiana o texto da lei. Observa-se, porém, transcorrida mais da metade do prazo, que muito pouco já foi feito para implementar a cooficialização. O projeto de lei municipal foi encaminhado às autoridades pelos professores indígenas Mebêngôkre: Bàykajyr Kayapó, Bepgôgôti Kayapó, Bepdjà Kayapó, Pàtkôre Kayapó e Oro Muturua⁶, e pelos egressos do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND / Museu Nacional): Claudiane da Silva Menezes, Clebson de Oliveira Alves, Davi da Silva Menezes, Dilcilene da Silva Menezes, Elicia das Mercês Batista da Silva, Ivanilce Gonçalves de Melo, Nádia Fernanda Barbosa Ribeiro, Vicente Carvalho de Sousa e Cledson Mendonça Júnior. Com exceção do último, os demais são também professores municipais e atuam nas escolas indígenas da região. Os proponentes representavam a comunidade indígena, que tinha como demanda ver sua língua

⁶ Com exceção de Oro Muturua, que já atuou como presidente da Associação Floresta Protegida (AFP), os demais Mebêngôkre são mestrandos no Profllind / Museu Nacional (UFRJ). Pàtkôre Kayapó é o atual presidente da AFP.

empregada nas aulas do ensino fundamental e médio e desejava, com a cooficialização, favorecer a valorização do povo e da língua, tanto por falantes quanto por não-falantes.

Como diz Damulakis, “as leis municipais de cooficialização são uma grande conquista e uma ferramenta muito importante para garantir essa diversidade”. “No plano simbólico, essas leis reforçam a luta contra o preconceito sofrido por essas línguas (...). Muitas das leis repelem explicitamente a discriminação.” (DAMULAKIS, 2017). A Lei n.º 571/2019, em seu artigo 4.º, estabelece que “o uso da língua Mebêngôkre (Kayapó) não será motivo de discriminação”. Logicamente, se não fosse reconhecida até então uma discriminação palpável, seria desnecessário que a lei assim determinasse. No mesmo texto, Tania Clemente de Souza nos avisa de que:

“a cooficialização de línguas traz implicações diversas, garantidas por lei, mas nem sempre cumpridas, tais como o ensino básico em língua materna, a escrita de leis, decretos e documentos oficiais em duas línguas etc. Tais metas não fazem parte de uma Política Linguística num Estado cuja postura (desde o século XVIII) é ratificar o monolinguismo. Entretanto, isso não invalida as iniciativas em âmbito municipal de cooficialização das línguas minoritárias. Cada um desses atos põe à mostra toda a diversidade linguística de nosso país, o que pode alavancar iniciativas mais amplas em âmbito federal”. (DAMULAKIS, 2017)

Num universo em que as línguas majoritárias, como o português, dominam os canais oficiais, os de entretenimento, os comerciais e os de serviço, constituindo também a língua pela qual se dá toda e qualquer etapa de educação formal, além de contar com muitas obras de referência descritivas e analíticas de sua estrutura, e sendo a língua de produção dos produtos de discursos mais variados em gênero, é natural que os falantes de uma língua minoritária se sintam intimidados, e que sua autoestima linguística seja afetada. Uma atitude linguística depreciativa por parte de não-indígenas piora muitíssimo essa situação de desequilíbrio.

A língua Mebêngôkre (Kayapó) tem escrita⁷, proposta inicialmente por missionários estrangeiros que vieram ao Brasil para a evangelização dos indígenas. Testemunhos dão conta de que a alfabetização era feita por cartilhas produzidas pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL), e que, antes das aulas, que incluíam a leitura de versículos da Bíblia, era necessário rezar o Pai Nosso. No I Encontro Indígena do Brasil (EIB), realizado em São Paulo, em 1981, com a presença de “32 líderes indígenas de todo o país”, a educação escolar indígena recebeu menção especial. Havia a preocupação com a preservação dos valores da cultura. Em 2016, segundo Inglês de Souza (2001),

⁷ Diário Oficial da Funai. Portaria 211/N. Ortografia oficial da língua Kayapó.

a missão continuou com a incumbência de alfabetizar os indígenas na língua Mebêngôkre, e a FUNAI tomou a seu cargo a responsabilidade de ensiná-los a falar, escrever e a ler em português (FEITOSA; VIZOLLI, 2019). Nas primeiras escolas frequentadas pelos indígenas, todos os professores eram *kuben*, ou seja, não-indígenas, e monolíngues, falando apenas português. Dada a dificuldade de comunicação, as lideranças indígenas lutaram pela participação de indígenas como agentes educacionais. Hoje, o município coordena 32 escolas⁸ em diversas terras indígenas (PMSFX/PA, 2022). A Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED), por meio de seu Departamento de Educação Escolar Indígena, promove periodicamente um curso instrumental da língua Kayapó do povo Mebêngôkre. “O objetivo desse curso é levar o professor que vai trabalhar nas aldeias a conhecer um pouco melhor da cultura do povo Mebêngôkre e também a ter os instrumentos que vão levá-lo a aprender a língua para poder se comunicar de forma mais adequada com os seus alunos e com a comunidade em geral.”, diz o site da SEMED (PMSFX/PA, 2022). Essa iniciativa é mais uma resposta a demandas dos indígenas. Apesar de a situação da sua escolarização estar cada vez melhor, os Mebêngôkre ainda se queixam muito de não serem ouvidos, e de imposições da cultura não-indígena e da língua hegemônica no seu dia a dia, dentro e fora da escola. Suas demandas são claras, fruto de longos debates entre eles, mas nem sempre alcançam os canais necessários para se fazerem ouvidas pelas autoridades.

2) A Educação Escolar Indígena no município:

A Gestão Pública Municipal tem atendido às comunidades indígenas com a criação e a manutenção de novas escolas, conforme as Leis n.º 816/2016 e n.º 545/2018, assim como conforme os Decretos de n.º 573/2019 e n.º 306/2021. Ao todo, são 32 escolas indígenas que atendem a cerca de 950 alunos, matriculados entre o 1º e 9º ano do Ensino Fundamental (SEMED, 2022).

Na SEMED, há um Departamento de Educação Escolar Indígena, formado por uma equipe administrativa, técnica, pedagógica e multidisciplinar. Com ênfase às especificidades da área indígena, esses profissionais habilitados buscam um processo de ensino e aprendizagem bilíngue (Kayapó-português), que valorize e fortaleça a língua Mebêngôkre. O calendário escolar é específico e preconiza

⁸ Esse número foi atualizado recentemente para 33 escolas com a adição da nova aldeia Kamure, no Xingu. São 31 escolas dentro do município mais 2 localizadas no município de Altamira, mas administradas por São Félix do Xingu, devido à proximidade, visto que, a sede de Altamira fica mais distante.

a Lei das Diretrizes Básicas LDB n. ° 9394/96 (Art. 32 § 3º) e o Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (RCNEI). São 200 dias letivos, divididos do seguinte modo: 180 dias em sala de aula; e 20 dias de atividades tradicionais (cerimônias, rituais, caçadas, pescarias e outras), registradas pelos alunos e professor. Nesta proposta, as aulas são cumpridas e distribuídas de acordo com o cotidiano da aldeia. A comunidade determina o horário das aulas.

O município, através da SEMED, tem ofertado na educação básica das escolas indígenas as seguintes modalidades: a educação infantil (jardim I e II), em duas das escolas (Kubenhikãhnti e Capitão Bepnox); e o ensino fundamental I (do 1º ano ao 5º ano) e fundamental II (6º ano ao 9ºano), em todas as escolas.

Os profissionais que atuam nas escolas são docentes, auxiliares de serviços gerais, merendeiros, indígenas e não-indígenas, todos escolhidos pelas lideranças e comunidades.

Os dias letivos são divididos em bimestres: o 1º tem 40 dias letivos; o 2º, 50 dias; o 3º tem 50 dias; e o 4º bimestre, 40 dias letivos. Nesse último, 20 dias são divididos em dois períodos: 10 dias em abril e 10 dias em outubro. Há períodos em que ocorrem as atividades tradicionais nas comunidades. Nessas ocasiões, um aluno de cada turma é escolhido para registrar as atividades, que posteriormente serão demonstradas e discutidas em sala de aula. No quadro I, temos uma relação de aldeias atendidas e de suas respectivas escolas:

Nº	NOME DAS ALDEIAS	NOME DAS ESCOLAS
01	APÊXTI	BEKWYNHMETI
02	MÔXKÂRKÔ	KUBENHIKÂNHNTI
03	NGÔJAMRÔTI	BEPKA'ÊKTI
04	NGÔMEJTI	PÂT-NHÔ
05	PI' YREDJÂM	NGRENHRÔRÔTI
06	PYKAKÛTI	KUJKÔ
07	KAKUMRE	TÂKÂKPRÔRE
08	KENPÔTI	NOROTIRE
09	PYTÔRE	BETYKRE
10	'YDJÛRE	KAMÊRÊTIDJÔ
11	MEJKÂRE	PRÏNKÔRE
12	KAMOKTIDJÂM	NGRÔN-RE

13	PYKARARĀKRE	JAKURIRE
14	KAWATIRE	PĀNHMOTIRE
15	KRUWNHŌNGŌ	BEPYKAXTI
16	TEPKĀTINHŌNGŌRE	KAMURE
17	RIKARO	BEPGŌGŌTI
18	KŌKŌTKRERE	RŌJKŌRE
19	KRĀTYXKRERE	KOKRENY
20	KŌKRAXMŌR	CAPITĀO BEP NOX
21	MADJYRE	MRŶKY
22	POKRŌ	BEPTOK
23	KAKŌRE	TĀKĀK-KUDJY
24	TEPDJĀTI	BEPKURWYTI
25	KREMAJTI	KOTYTERE
26	KRĪMEXNY	PĀNHŌTI
27	AKROTIDJĀM	KAPRĒN
28	KENDJĀM	PYKATIRE
29	KAREMA	KRĀKATIRE
30	KENOPYRE	PĀNH-NŌRŌ
31	KEDJĒREKRĀ	IPYPY
32	PYKATYKRE	BEPMAJTI

Quadro I: Relação das aldeias atendidas pela SEMED e suas respectivas escolas.
Fonte: SEMED, 2022.

Além dos alunos no fundamental, há cerca de 90 alunos no ensino médio, ofertado pelo estado na Escola Indígena Capitão Bepnox, localizada na aldeia Kôkraxmôr, na margem do rio Xingu. No ensino superior, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), através do Instituto de Estudos do Xingu (IEX), tem ofertado vagas para indígenas nos cursos de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Engenharia Florestal. No momento, há 4 alunos matriculados que iniciaram os estudos no ano de 2022.

Os profissionais que atuam nas escolas indígenas são, na maioria, contratados pelo período de um ano, com renovação anual de acordo com o desempenho e aceitação das comunidades. Alguns benefícios

são assegurados, dentre eles, o salário-mínimo vigente ou piso salarial da categoria, conforme a função exercida e observando o acordo ou convenção coletiva de trabalho; ao final de cada ano é realizada a rescisão contratual, com recebimento de 13º salário e recebimento de férias proporcionais, de acordo com o inciso VIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

No quadro de professores indígenas que atuam na região há 15 graduados pela Universidade Estadual do Pará (UEPA) no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, dos quais 6 são mestrados em Linguística e Línguas Indígenas no Proflind (UFRJ). Parte desses docentes atuam nas escolas indígenas, no Departamento de Educação Escolar Indígena e em algumas secretarias municipais.

Dentre as atividades realizadas pela SEMED, com o objetivo de capacitar os profissionais que atuam na área indígena, está o Curso Instrumental de Kayapó para professores. Ele teve início como Curso de Capacitação Indígena, com duração de 30 horas, em 2007, e depois se expandiu para 432 horas em 2008, com o nome “Vamos aprender Kayapó”. Em ambos os períodos, o curso esteve sob a direção da secretária municipal Darci de França Rodrigues, com aulas ministradas pela professora Eunice Ester Bastos Costa da Silva. Em 2019, na gestão do secretário Alexo Barros, 11 anos depois, o curso foi retomado, com carga horária de 240 horas e duração de 2 anos. Após a pandemia, na gestão do atual secretário Clebson de Oliveira Alves, o curso voltou a ser oferecido em 2022, e passou a contar com 6 módulos, que abrangem escrita, leitura, interpretação e pronúncia da língua Mebêngôkre (Kayapó). A professora Eunice é mestranda no Proflind (UFRJ) e trabalha com os Kayapó da região há mais de 20 anos; nesse longo convívio ela se tornou fluente em Mebêngôkre



Figura 1: Nomes em Mebêngôkre para alimentos cultivados na roça. Curso Instrumental de Kayapó.

Fonte: SEMED, 2019.

Professores Mebêngôkre também participam dessas aulas e ensinam o significado e a pronúncia de palavras de sua língua materna, além de, até mesmo, aspectos culturais de seu povo. O grande diferencial no momento é a inclusão da antropologia⁹ nas aulas. Com textos, áudios, vídeos e imagens, os alunos são submetidos a uma imersão na cultura e língua Mebêngôkre. Assim, a vivência de situações que antes eram pouco compreendidas pelos não-indígenas e, por isso, ocasionavam atitudes errôneas ou mesmo preconceituosas, agora é por admiração e respeito para com o povo e língua.

3) Reverberando a voz Mebêngôkre:

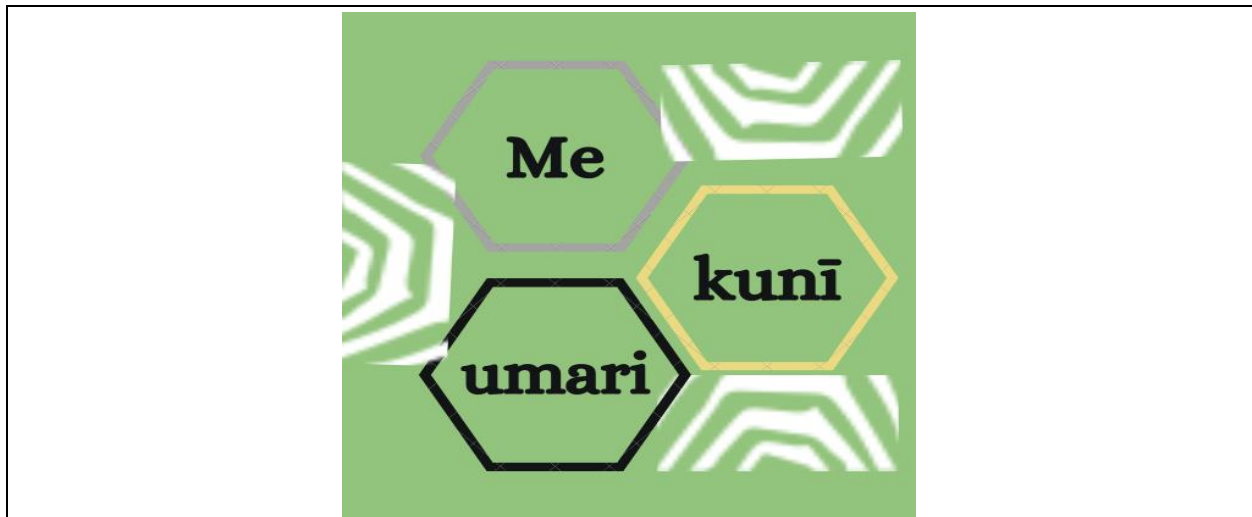


Figura 2: logo da ação.

Fundado por Beatriz Protti Christino e Ana Paula Quadros Gomes, o Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico (Faculdade de Letras/ UFRJ) existe desde 2017, em luta pela valorização da diversidade linguística e pela promoção e preservação dos direitos linguísticos. “Preconceito” é uma atitude de menosprezo pelo que é diferente. O preconceito linguístico é a atitude de rechaçar variedades e variantes diferentes, provocando nos falantes insegurança e baixa estima. O preconceito linguístico é especialmente nocivo porque se disfarça de zelo pela correção, como se fosse imparcial, mas é seletivo: perdoa ou nem percebe os erros dos nossos iguais, mas sempre ataca os “erros” e marcas associados a outras comunidades de fala, sobretudo as vulneráveis. Precisamos lutar contra o preconceito linguístico. Entendemos ser importantíssimo encorajar a expressão das comunidades linguísticas minorizadas, dar mais espaço

⁹ Um dos textos estudados é o de Murphy (1997) sobre a educação indígena Kayapó.

para que se manifeste a beleza e a riqueza da diversidade, e empoderar os discriminados, aumentando sua confiança neles mesmos.

Em 2021, o projeto firmou parceria com o Departamento de Educação Escolar Indígena do Município de São Félix do Xingu (PA), da Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED), para promover a conscientização e protagonismos dos indígenas na implementação da cooficialização da língua, mediando a comunicação entre indígenas, estabelecimentos e organizações, a fim de que as reivindicações dos Mebêngôkre fossem atendidas.

Participam do projeto como extensionistas as graduandas Ana Carla do Nascimento Gomes e Vitória Sara de Almeida Campos, a mestranda em Linguística e Línguas Indígenas (Proflind) Marinei Alves Pereira e os doutorandos em Linguística Clédson Mendonça Júnior e Dilcilene da Silva Menezes. Todos discentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Figura 3: Logos dos parceiros no projeto de extensão.

Nossa inspiração para criar, no âmbito do Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico, a ação *Me kunĩ umari* — em rede pelos direitos linguísticos, veio do *Copiô, parente?*¹⁰, iniciativa do Instituto Sociambiental (ISA). Trata-se de um boletim de áudio semanal com notícias que interessam aos povos indígenas e povos da floresta. É distribuído em formato MP3 por *Whatsapp* para cerca de dois mil contatos diretos entre indígenas, extrativistas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos etc. O “Copiô” agora está em formato de *podcast*, transmitido

¹⁰ A página está disponível em: <https://www.facebook.com/copioparente/>.

semanalmente aos domingos na Rádio Nacional da Amazônia e em rádios comunitárias de vários pontos da Amazônia, alcançando ao menos 60 comunidades no Pará e Amazonas.

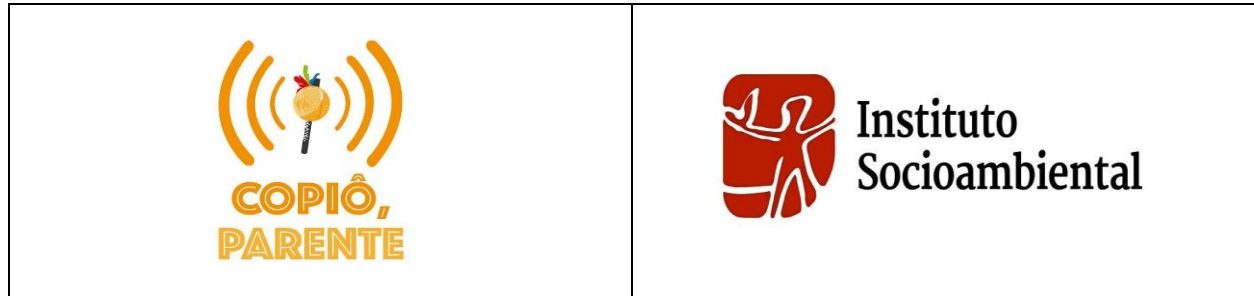


Figura 4: logo do Copiô, parente?

A metodologia da Ação Me kunĩ umari — A Voz Mebêngôkre — é entrevistar falantes de Mebêngôkre, presencialmente, com gravação em áudio e/ou vídeo, sobretudo professores indígenas, que portam as questões de sua comunidade sobre as reivindicações de direitos linguísticos e inserção de sua cultura na educação oficial. Foi montado um grupo de WhatsApp, com participantes de diversas aldeias, para formar uma rede de comunicação, a fim de agilizar tomadas de decisão sobre problemas coletivos. Os depoimentos, reivindicações e posicionamentos dos indígenas são repostados nas redes, para ganharem visibilidade.



Figura 5: Nossas redes.

4) Nas palavras dos protagonistas

A proposta principal da Ação Me kunĩ umari é dar voz aos Mebêngôkre, permitindo que alcancem espaços para além de suas comunidades. Autoridades municipais, professores e

professoras, indígenas ou não, falantes de Mebêngôkre em geral e pessoas que atuam na causa indígena, personagens que vivenciam o dia a dia dos Mebêngôkre na cidade e em suas aldeias, são as vozes que auxiliam na ação. Eles relatam suas experiências e anseios, como pessoas que aguardam o reconhecimento de suas identidades, de suas liberdades e direitos. Dentre vários relatos, podemos destacar alguns: os de professores que atuam nas escolas e secretarias municipais de São Félix do Xingu. A seguir o depoimento do autor Mebêngôkre, Betire Kayapó, e a reprodução de algumas entrevistas realizadas durante a ação:

Meu nome é Betire Kayapó, sou professor na Escola Municipal Indígena Capitão Bepnox, localizada na aldeia Kôkraxmôr, no Rio Xingu. Sou servidor público vinculado à Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED), de São Félix do Xingu, no Pará. Minha formação foi em grande parte na cidade, do fundamental ao magistério indígena, até a conclusão do ensino superior através da Universidade Estadual do Pará (UEPA), em 2018. A maior dificuldade nesse período foi a língua portuguesa, eu aprendi aos poucos, a escrever e a ler, mas com dificuldades para falar. Até hoje ainda encontro palavras ‘difíceis’ no português. Nas escolas indígenas as crianças estão aprendendo a escrever em Kayapó. Isso precisa melhorar, porque ajuda a entender cada detalhe, a escrever e falar bem com o tempo. Na cidade, já vi situações de preconceito com os Mebêngôkre, principalmente andando na rua. São brincadeiras, piadas, dentre outras atitudes dos não-indígenas. No mercado, por exemplo, no Comercial Kayapó, alguns atendentes sabem um pouco de Mebêngôkre, no hospital também. Eles perguntam *Nire, mỳj na?* (Mulher, o que foi? o que precisa? Pois não?). Nas escolas indígenas as professoras também se esforçam para conversar em Mebêngôkre. Entretanto, nos bancos, no cartório, ninguém fala uma palavra em nossa língua. Às vezes, as mulheres falam português, quando não são entendidas em Kayapó, mas na maioria do tempo estão acompanhadas do marido e esse fala a língua do Kubẽ (não-indígena). Sobre a cooficialização, eu não sabia desses direitos. Vi placa em Mebêngôkre no hotel e na praça. Os supermercados atendem bem o Mebêngôkre, bancos e cartório precisam melhorar. Agora que sei sobre a lei de cooficialização, quero ajudar. Vou articular com os parentes.

Quero em seguida, como autor, apresentar as contribuições de mais três Mebêngôkre: i) Irerwỳk Kayapó, professor na aldeia Kremaxti; ii) Bàykajyr Kayapó, servidor público da SEMED e, iii) Bepdjà Kayapó, servidor público no Departamento de Educação Escolar Indígena. Todos são mestrandos em Linguística e Línguas Indígenas no Proflind (UFRJ).

Irerwỳk Kayapó descreve que ensina todas as disciplinas em sua escola, mas tem dificuldade em ministrar aulas de matemática para alunos do 6º ao 9º ano. Há materiais na língua Kayapó para alunos do 1º ao 5º ano. São produções realizadas por missionários que auxiliam na alfabetização das crianças. Segundo ele, é necessário a publicação de livros didáticos para o ensino fundamental II, principalmente na área de exatas. O professor também relata que já sofreu preconceito por conta de sua profissão. As pessoas dizem que professor indígena não ensina bem, sabem apenas o básico. Quanto à escrita, os alunos têm dificuldades com pontuação. Quem frequenta as aulas aprende melhor e se destaca entre os outros. As aulas de Kayapó são realizadas apenas nas sextas-feiras, é preciso aumentar essa carga horária e, durante as aulas, chamar os idosos para contar histórias, o que aconteceu no passado, os ensinamentos antigos. Eles podem ajudar a construir os livros didáticos e em pouco tempo, podemos alfabetizar na língua materna.

Sobre o preconceito linguístico, muitos Mebêngôkre ouvem as pessoas dizerem que os indígenas falam mal português, não entendem e falam errado. Que eles devem ficar na aldeia, não adianta estudar. Na escola, em Belém, Irerwỳk escutou várias vezes que ele não deveria aprender a dirigir um carro ou fazer informática, que deveria ficar na aldeia. Em vários momentos testemunhou os Mebêngôkre com dificuldades no atendimento em hospitais, na emissão de documentos e outros espaços públicos. As pessoas não falam a língua indígena, no comércio em geral isso é uma barreira.

Sobre a cooficialização ele explica que é preciso colocar em prática, já se passaram anos e nada foi feito. Perguntado sobre o que pode ser feito, ele relata que as lideranças Mebêngôkre sempre estão em diálogo com as pessoas que trabalham nas áreas da saúde e educação, entretanto falta vontade política para valorizar a cultura, a língua e a tradição. Na educação, é preciso abrir mais vagas para concursados, principalmente para indígenas. O Wajanga (Pajé em Mebêngôkre) pode ensinar remédios que são de ‘domínio público’ em sala de aula. Quais plantas servem para certas enfermidades. As mulheres podem participar das aulas ensinando pintura, produção de cintas e como é feito um parto natural na aldeia. A escola pode ser um espaço de aprendizado da cultura Mebêngôkre. As meninas não sabem como é um parto natural na aldeia, a ‘parteira’ não existe mais. Os jovens precisam conhecer a história Mebêngôkre e depois estudarem a do não-indígena, outras áreas, para então entrar na faculdade. Precisa estar preparado. Quanto à escrita, as crianças podem ser alfabetizadas na língua materna por volta dos sete anos, para dominar o oral e o escrito. Depois aprender português como segunda língua e ir até a faculdade.



Figura 6: Clédson Mendonça Junior e Irerwÿk Kayapó durante a entrevista.

Fonte: Acervo dos autores.

Bàykajyr Kayapó comenta que também passou por dificuldades com as aulas em português, durante o ensino fundamental e médio em Belém. Depois, na graduação pela UEPA e, no momento, no mestrado na UFRJ. Ele descreve que as pessoas o julgavam por ser falante nativo de língua indígena e, por esse motivo, não seria capaz de aprender em português. Apenas ele e mais alguns, da turma da UEPA, estão no mestrado. Na sua opinião, as crianças deveriam ser alfabetizadas na língua materna para depois aprenderem português como segunda língua. Outro ponto que ele destaca é a regularização da escola indígena enquanto meio de aprendizado próprio. Ainda hoje é um desafio o reconhecimento das especificidades da educação escolar indígena.

Bepdjã Kayapó relata que desde os 10 anos estuda na escola. Passou momentos na cidade, outros na aldeia. Neste período, assistiu algumas aulas em Kayapó. Aos 15 anos, voltou para a cidade e terminou o magistério indígena. Passou por muitas dificuldades ao fazer as atividades escolares em português. Além de aprender a falar bem a língua portuguesa, sempre viu como um sonho estudar e conquistar algo melhor para a família e a comunidade. Hoje, reconhece que não sabe tudo sobre o português, mas o suficiente para concluir cada nível de estudo e seguir em frente. Compreender bem uma segunda língua o possibilitou a conhecer outras coisas, a dialogar com os Kubẽ e discursar para as pessoas.

Na escola não sofreu preconceito de colegas, mas de amigos que o via estudando e criticavam. Perguntavam sobre a finalidade de seus estudos. Ele sempre afirmava o seu desejo de ser professor indígena. Em tom de preconceito, alegavam que ele deveria voltar para a aldeia, que

a escola era lugar de ‘branco’. O lugar de aprender era na aldeia, não na cidade. Consciente do preconceito que estava sofrendo, afirmava que a língua e cultura pode ser diferente, mas todos são humanos e ele tinha o direito de estudar. Aprender uma nova língua, de se comunicar, ensinar para os alunos indígenas e a comunidade as coisas do kubẽ. A sua posição não era para aprender coisas ruins, mas boas que poderiam ajudar os seus parentes. Mesmo assim, continuavam a questionar a sua posição e diziam que ele deveria voltar para a aldeia, viver lá, fazer arco e flecha.

Hoje, no mestrado, deseja conhecer coisas novas, avançar, ser educado e respeitoso com os parentes. Trabalhar na educação, melhorar suas atitudes. É isso que deseja, seguir em frente.

5) O protagonismo Mebêngôkre (Kayapó)

Para além das entrevistas e áudios de *whatsapp*, a Ação Me kunĩ umari tem atuado em diversas frentes, como, por exemplo, na intermediação de ações da gestão pública municipal em relação à lei de cooficialização, na colaboração com a educação escolar indígena e na promoção de atitudes que visem a valorização e reconhecimento do povo e da língua Mebêngôkre.

A Lei Municipal n. 571/2019, no art. 5, determina que “as pessoas jurídicas estabelecidas no município de São Félix do Xingu deverão adotar atendimento e mensagens ao público no idioma oficial e naquele cooficializado por esta Lei”. Dessa forma, um hotel na cidade foi o primeiro estabelecimento privado a adotar esta medida, ao incluir em sua sinalização o termo em Mebêngôkre para hotel, na língua: *Me ôt djà* (Me-humano/gente; ôt – dormir; djà – função/lugar).



Figura 7. Hotel Rio Xingu – *Me ôt djà*. Fonte: Voz Mebêngôkre, 2022.

O sucesso foi imediato. O espaço passou a ser frequentado pelos Mebêngôkre, tanto como hóspedes quanto como visitantes. Não apenas Kayapó, mas Xikrin, Parakanã, dentre outros povos, passaram a ver o estabelecimento como lugar de apoio a indígenas em trânsito pela cidade. Além da sinalização de fachada, as informações dispostas internamente também estão sendo traduzidas para a língua Mebêngôkre.

A ação Me kunĩ umari solicitou ao hotel uma autorização para divulgação da iniciativa nas redes sociais. Uma foto do estabelecimento foi publicada nas redes sociais do Voz Mebêngôkre e viralizou na *web*. Diversas pessoas de diferentes povos compartilharam e elogiaram a atitude, curtiram a postagem e debateram nos comentários sobre como outros municípios deveriam adotar o mesmo reconhecimento às línguas indígenas em seus territórios.

No setor público, a iniciativa partiu da Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT). Após ter conhecimento que a sinalização de uma biblioteca e uma praça seria substituída, a ação Me kunĩ umari sugeriu à coordenadora de atividades, Claudiane da Silva Menezes, que adotasse a sinalização bilíngue prevista na lei de cooficialização, que diz no art 2, inciso II: “produzir ... as placas indicativas de ruas, praças e prédios públicos ... na língua oficial e na língua cooficializada” (recorte nosso). Seguindo a legislação, a Biblioteca Belas Artes e a Pracinha da Cultura receberam os termos na língua Mebêngôkre (Kayapó): *Pi'ók jadjwỳr djà* e *Me krãpfĩ kĩnhkatidjà*, respectivamente. Com a ajuda de 03 Mebêngôkre e da professora Eunice Ester na tradução.



Figura 8: Biblioteca Belas Artes - *Pi'ók jadjwỳr djà*. Fonte: Voz Mebêngôkre, 2022.



Figura 9: Pracinha da Cultura - *Me krāptī kīnhkatidjā*. Fonte: Voz Mebêngôkre, 2022.

Com a sinalização em Kayapó, o espaço passou a ser frequentado pelos Mebêngôkre diariamente, seja na biblioteca (que recebeu novos livros do Museu do Índio) ou nos espaços abertos da praça, destinados às atividades recreativas. Um relato da professora Jakeline Gonçalves, que atua nas aldeias do município, descreve como a sinalização bilíngue é vista pelos Mebêngôkre. Ao questionar uma *Me nire* (mulher Kayapó) sobre o porquê estava na praça com os filhos, ela recebeu a seguinte resposta: “estou aqui porque a praça não é só do *kuben* (não-indígena), é do Mebêngôkre também”. Esse depoimento comprova o impacto que a sinalização bilíngue ocasionou no espaço público. Ela simboliza uma forma de respeito, reconhecimento e valorização do povo e língua.

6) Conclusão

Seguiremos realizando entrevistas, tanto com professores indígenas que atuam em suas comunidades, quanto com outras lideranças e representantes, para registrar relatos e promover ações de combate ao preconceito linguístico com falantes de Kayapó. Nos dispomos a mediar conflitos, abraçando as causas Mebêngôkre e contribuir com propostas que favoreçam a implementação concreta da lei de cooficialização no município de São Félix do Xingu (PA). Nos colocamos a serviço de reverberar as principais reivindicações dos indígenas quanto à garantia de seus direitos linguísticos e a favorecer e apoiar a execução de ações propostas por eles, por meio

da parceria com as instituições municipais, para o incentivo e o reconhecimento do povo e da língua no município. O protagonismo é da própria comunidade linguística minorizada. Pautamo-nos pelo Artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), que diz: “Entende-se por comunidade linguística toda sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, se identifica como povo e desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros”. Nosso ideal é fazer valer Artigo 13º da Constituição Federal Brasileira (1988), que garante o direito à educação em outras línguas para comunidades indígenas; porém, não há menção no texto a qualquer outra realidade linguística, como a de outros grupos minorizados. Essa realidade precisa ser exposta. Esses povos, suas línguas e culturas precisam ganhar cada vez mais visibilidade e voz.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que, voluntariamente, participaram dessa experiência. À Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED) pela parceria e aos professores Mebêngôkre pelas contribuições necessárias para a implementação de uma política linguística no município de São Félix do Xingu (PA).

Conflito de Interesse

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

Link para *Preprint*

Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa

Avaliamos os roteiros *Equator Network* e adotamos as diretrizes do roteiro CARE (*Case report guidelines*), com uma lista de informações a serem incluídas ao escrever um relatório de caso.

Essa pesquisa não foi pré-registrada em um repositório institucional independente.

Declaração de Disponibilidade de Dados

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

Ética

Não aplicável.

Fontes de financiamento

Não aplicável

Contribuição de autoria

Todos os autores contribuíram com a mesma função de colaborador: Conceptualização, Escrita – Rascunho Original e Escrita – Análise e Edição.

Referências

ANGELO, Maurício. Bolsonaro cumpre promessa e garimpo em terras indígenas cresce 632% em uma década. **Observatório da Mineração**, 2022. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/bolsonaro-cumpre-promessa-e-garimpo-em-terras-indigenas-cresce-632-em-uma-decada/>. Acesso em 03 jan. 2023.

_____. Povos indígenas Kayapó e Munduruku lançam manifesto contra o garimpo e a mineração. **Ecoamazônia**, 2020. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2020/10/povos-indigenas-kayapo-munduruku-lancam-manifesto-garimpo-mineracao/>. Acesso em 05 jan. 2023.

Câmara Municipal de São Félix do Xingu – PA. **CMSFX/PA**, 2019. Disponível em: https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/arquivos/449/LEIS%20ORDINARIAS_571_2019_000002.pdf. Acesso em: 07 dez. 2022.

DAMULAKIS, Gean. Cooficialização de línguas no Brasil: características, desdobramentos e desafios. **Departamento de Linguística e Filologia**, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 21 dez. 2017. Disponível em: <https://lefufrij.wordpress.com/2017/12/21/cooficializacao-de-linguas-no-brasil-uma-visao-panoramica/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FEITOSA, L. B.; VIZOLLI, I. Escolarização indígena Mebengokre Kayapó Gorotire **Educação**, [S. l.], v. 44, p. e25/ 1–25, 2019. DOI: 10.5902/1984644435043. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35043>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FELLET, João. Índios se aliam a antigos inimigos contra planos de Bolsonaro na Amazônia. **BBC News Brasil**, 02 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49528317>. Acesso em 10 jan. 2023.

GUERREIRO NETO, Guilherme. Pecuária torna área protegida no Xingu campeã em queimadas. **Infoamazônia**, 04 set. 2020. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/09/04/pastos-poem-apa-triunfo-do-xingu-novamente-no-topo-das-queimadas/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TRÊS MAIORES ASSOCIAÇÕES KAYAPÓ LANÇAM MANIFESTO CONTRA GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS. **Instituto Kabu**, 2020. Disponível em: <https://www.kabu.org.br/2020/10/06/tres-maiores-associacoes-kayapo-lancam-manifesto-contragarimpo-em-terras-indigenas-2/>. Acesso em 05 jan. 2023.

MENDONÇA JUNIOR, Clédson. Aspecto Lexical na Língua Mebêngôkre (Kayapó): **estudo com indígenas em trânsito pela cidade de São Félix do Xingu - PA**. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MURPHY, I. Isabel. Educação Indígena Kayapó: orientação para professores não-Kayapó. In: ____ Ameríndia: **Tecendo os caminhos da educação escolar**. Conferência Ameríndia de Educação. Cuiabá: 1997.

PINTO, Lucio Flávio. São Félix: a marca da destruição. **Amazônia Real**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sao-felix-a-marca-da-destruicao/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU – PA. Prefeitura de São Félix do Xingu constrói escola na Terra Indígena Mebêngôkre. **PMSFX/PA**, 2022. Disponível em: <https://www.sfxingu.pa.gov.br/prefeitura-conclui-obras-de-reforma-de-escola-na-terra-indigena-mebengokre/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. Secretaria de Educação de São Félix do Xingu realizou curso educacional para a etnia Kayapo. **PMSFX/PA**, 2022. Disponível em : <https://www.sfxingu.pa.gov.br/secretaria-de-educacao-de-sao-felix-do-xingu-realizou-curso-educacional-para-etnia-kayapo/>. Acesso em 20 jan. 2023.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: QUEM SÃO? **Instituto Socioambiental (ISA)**, 2021. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o#:~:text=Atualmente%20encontramos%20no%20territ%C3%B3rio%20brasileiro%20256%20povos%2C%20falantes,aproximadamente%20a%200%2C47%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%ADs](https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o#:~:text=Atualmente%20encontramos%20no%20territ%C3%B3rio%20brasileiro%20256%20povos%2C%20falantes,aproximadamente%20a%200%2C47%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%ADs.). Acesso em: 12 dez. 2022.

ROSA, Maria Carlota. Uma iniciativa surgida no Proflind-UFRJ: a língua Mebêngôkre cooficializada em São Félix do Xingu (PA). **Linguística-UFRJ**, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://linguisticaufrjcarlotablog.wordpress.com/2020/03/23/a-lingua-mebengokre-cooficializada/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SANTANA, Caio. Um Brasil de 154 línguas. **Jornal da USP**, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/um-brasil-de-154-linguas/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SCOFIELD, Laura. “A Funai parou de ajudar as pessoas que estão defendendo a floresta”, diz líder Kayapó. **Direitos Humanos. Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/a-funai-parou-de-ajudar-as-pessoas-que-estao-defendendo-a-floresta-diz-lider-kayapo>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MENEZES, Claudiane da Silva. Censo das aldeias 2021. In: **São Félix do Xingu-PA**. Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT), 2021.

MENEZES, Dilcilene da Silva. Relatório de atividades realizadas em 2021. In: **São Félix do Xingu-PA**. Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED), 2022.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.